

Edificação da Paz e Democracia em Angola: Desafios e Oportunidades

Relatório para o Seminário sobre Lições Identificadas (LIS) no Programa Nacional para Angola (ACP)



# **Edificação da Paz e Democracia em Angola: Desafios e Oportunidades**

**Relatório para o Seminário sobre Lições Identificadas (LIS)  
no Programa Nacional para Angola (ACP)**

**Luanda, Outubro de 2008**



## **AGRADECIMENTO**

Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD) deseja agradecer ao parceiro da ACCORD em Angola, Development Workshop (DW) e ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) pelo seu financiamento das atividades para a edificação da paz em Angola. A ACCORD está igualmente grata aos membros das ONGs pela sua participação ativa e contribuição para este seminário; agradecimentos também extensivos ao Ministério para a Assistência e Reinserção Social do governo de Angola e à Embaixada da África do Sul em Angola.

O Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD) é uma Organização Não-Governamental e Não-Alinhada de Resolução de Conflitos sediada em Durban, África do Sul.

Direitos de Autor © ACCORD 2009

Publicado por:

ACCORD

2 Golf Course Drive

Mount Edgecombe

4300

África do Sul

Web: [www.accord.org.za](http://www.accord.org.za)

Telefone: +27 31 502 3908

Fax: +27 31 502 4160

Email: [info@accord.org.za](mailto:info@accord.org.za)

Termo de Responsabilidade:

A versão Portuguesa que foi usada neste documento está em conformidade com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em 2008.



## ÍNDICE

AGRADECIMENTO	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
LISTA DE ACRÓNIMOS	5
LISTA DOS PARTICIPANTES	6
INTRODUÇÃO: CONTEXTO E OBJETIVOS DO SEMINÁRIO	8
Os Desafios da Edificação da Paz em Angola	10
Programa Nacional para Angola (ACP)	10
NARRATIVA DA DISCUSSÃO DURANTE O SEMINÁRIO	12
Discursos de Boas-vindas	12
Discurso de Boas-vindas da ACCORD	12
Discurso de Boas-vindas do <i>Workshop</i> para o Desenvolvimento (DW)	12
Discurso do Ministério para a Assistência e Reinserção Social (MINARS)	12
Desafios da Edificação da Paz e Democracia	12
Desafios da Edificação da Paz e Democracia: Perspetiva Geral do País	13
Melhorando a Gestão de Conflitos, a Edificação da Paz e a Democracia em Angola	14
Questões Chave na Edificação da Paz e Democracia: Lições Identificadas	15
Transição e Reconciliação Nacional em Angola	15
Eleições Pós Conflito, Representação e Edificação da Paz em Angola	16
Desarmamento da População Civil	17
Reintegração de Retornados	19
Apresentação do MINARS	19
Experiências de outros intervenientes e das Províncias	20
RESUMO E CAMINHO A SEGUIR	22
RECOMENDAÇÕES: UM COMPROMISSO PARA COM ANGOLA	24
LISTA DE REFERÊNCIAS PARA LEITURA ADICIONAL	26

## SUMÁRIO EXECUTIVO

**O** Seminário sobre as Lições Identificadas no Programa Nacional para Angola (LIS) teve lugar em Luanda, Angola, de 1 a 2 de Outubro de 2008. O objetivo geral do seminário era criar um foro para a troca de experiências, análise e reflexões pelos vários intervenientes trabalhando em sectores diferentes da edificação da paz em Angola. O seminário destinava-se igualmente a avaliar os processos de edificação da paz e reconciliação que foram implementados em Angola desde o fim da guerra civil em 2002.

Estiveram presentes no seminário 34 participantes de sete Províncias de Angola (Luanda, Kwanza Sul, Huambo, Bié, Huíla, Cunene e Luanda Sul) e do exterior, e funcionários da ACCORD. O seminário proporcionou um foro para discussão e análise a uma variedade de intervenientes que trabalham na área da edificação da paz em Angola. A riqueza das discussões envolveu a variedade dos temas apresentados e a representação alargada de instituições nacionais e de base.

O Seminário foi a atividade final da fase atual (2006-2008) do Programa Nacional da ACCORD para Angola (ACP). O ACP, iniciado em 2006, implementou uma série de atividades como visitas de avaliação, sessões de diálogo, *workshop* para Formação de Formadores (ToT) e *workshops* para desenvolvimento de capacidades em gestão de conflitos. O Programa realizou também um seminário para desenvolvimento de um instrumento para a Monitoria e Avaliação (M&A) das atividades de edificação da paz e elaborou materiais de formação, em língua Portuguesa, para serem utilizados em Angola. Quando o LIS teve lugar, em Outubro de 2008, o Programa já tinha envolvido cerca de 300 Angolanos em todas as suas atividades e estabelecido redes de contactos com várias organizações da sociedade civil e estruturas governamentais, na maior parte das províncias de Angola.

A avaliação geral baseada na análise e nos debates que tiveram lugar durante o seminário de dois dias, em Luanda, proporcionaram informações úteis quanto à situação atual, em termos da edificação da paz em Angola, assim como às direções a seguir em futuros planos de ação. Uma das conclusões do seminário foi que Angola se encontra numa fase de transição de uma situação de conflito e que existem intervenientes institucionais que se encontram a desempenhar um papel importante nas várias tarefas para a edificação da paz. No entanto, os desafios para uma transformação profunda na sociedade Angolana são ainda imensos. As áreas prioritárias para os próximos cinco anos encontram-se, portanto, centradas em três M: Melhores mecanismos para diálogo e coordenação de atividades entre os vários intervenientes no terreno; Melhor e sistemática avaliação dos vários programas e projetos no terreno; Maior empenho na compreensão das complexidades da transição Angolana, sem deixar de ter em conta os exemplos e lições resultantes de outras transições pós conflito em África. Dada a menção constante, durante as discussões no seminário, de exemplos de outras transições Africanas, este aspecto é extremamente importante para os atuais intervenientes em Angola. Assim, será importante para os intervenientes Angolanos estabelecer abordagens comparativas, a fim de serem evitados os mesmos erros e ciclos de injustiça pós conflito que se verificaram noutras transições pós conflito em África.

No final deste relatório são apresentadas algumas recomendações que poderiam constituir a base de um compromisso renovado em relação a Angola. Estas recomendações foram concebidas tendo em vista o desenvolvimento de futuros programas, para os próximos anos, em Angola.

## LISTA DE ACRÓNIMOS

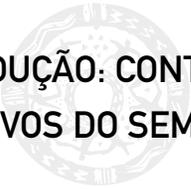
ACCORD	Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas
AMUVIMOG	Associação das Mulheres V. M. C. Órfãos, Bié, Angola
Angola 2000	Organização Angola 2000
ASD	Acção de Solidariedade e Desenvolvimento, Huila, Angola
CEJP	Comissão Episcopal de Justiça e Paz
CIMSCS	Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrianas
CODESA	Convenção para uma África do Sul Democrática
COIEPA	Comité Inter-Eclesial para Paz em Angola
DFA	Departamento dos Negócios Estrangeiros
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DW	Development Workshop
EISA	Instituto Eleitoral da África Austral
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FONGA	Fórum das Organizações Não-Governamentais Angolanas
CEA	Centro de Estudos Africanos
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MN	Média Nova
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NDI	Instituto Democrático Nacional
PL	Plataforma Eleitoral
REH	Rede Eleitoral de Huambo & Lunda-Sul
RM	Rede Mulher
RONG-CVA	Rede das ONG & Cruz Vermelha de Angola
SAE	Embaixada Sul-africana
SCG	Em Busca de Pontos de Concordância
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UTCAH	Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária

## LISTA DOS PARTICIPANTES

O seminário contou com a presença de 34 participantes provenientes de sete Províncias de Angola (Luanda, Kwanza Sul, Huambo, Bié, Huíla, Cunene e Luanda Sul) e do exterior e funcionários da ACCORD. Segue-se uma lista dos seus nomes e instituições que representam.

Nome	Instituição
Derek Arnolds	Departamento dos Negócios Estrangeiros, RSA
João Baptista Lukombo Nzatzogza	Jubileu 2000, Luanda, Angola
Pedro Walipe Calenga	Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) – Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Luanda, Angola
Francisco Dias	Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) – Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Luanda, Angola
Arnaldo José António	Plataforma Eleitoral, Luanda, Angola
Francisco Martins	Rede Eleitoral, Lunda-Sul, Angola
Miriam W. Java	Rede das ONGs & Cruz Vermelha de Angola, Cunene, Angola
Faustino Paulo Mandavela	Development Workshop, Luanda, Angola
Carlos Figueiredo	UNDP, Luanda, Angola
Manassés Albino	Associação das Mulheres V. M. C. Órfãos (AMUVIMOG), Bié, Angola
Arão Marcelino K. K. Abel	Rede Eleitoral de Huambo/INACAD, Huambo, Angola
Luis K. Jimbo	Em Busca de Pontos de Concordância, Luanda, Angola
António L. Kiala	Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas (FONGA), Luanda, Angola
Titi Pitso	EISA, Joanesburgo, África do Sul
Amor de Fátima Mateus	Média Nova, Luanda, Angola

Marlene Wildner	Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrianas (MSCS), Luanda, Angola
Renato Raimundo	Acção de Solidariedade e Desenvolvimento, Huila, Angola
Cesaltina Abreu	IBIS-Angola, Angola
Mariana Calado Augusto	Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEAST), Luanda, Angola
Siminha Miguel Nsekele	Em Busca de Pontos de Concordância, Luanda, Angola
Carolina Miranda	Rede Mulher, Angola
Dr. Nilza de Fátima P. Batalha	Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Luanda, Angola
Alfredo Leite	Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) Departamento de Refugiados, Luanda, Angola
Manuel Calanga	DFID, Luanda, Angola
Cirilo Calisto Mbonge	Organização Angola 2000, Luanda, Angola
Sisa Ncwana	Embaixada Sul-africana, Luanda, Angola
João Castro	Liga Internacional dos Direitos Humanos e Ambiente (LIDDHA), Luanda, Angola
Dr. Paulo Inglês	Centro de Estudos Africanos (CEA) - Centre for African Studies- of the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisbon, Portugal
Kiara Neto	Instituto Democrático Nacional para Assuntos Internacionais (NDI), Luanda, Angola
Dr. Daniel Ntoni-Nzinga	COIEPA, Luanda, Angola
Rev. Anastácio Chembeze	ACCORD, Durban, África do Sul
Martha Bakwesgha	ACCORD, Durban, África do Sul
Karanja Mbugua	ACCORD, Durban, África do Sul
Pravina Makan-Lakha	ACCORD, Durban, África do Sul
Jamila Abdellaoui	ACCORD, Durban, África do Sul



## INTRODUÇÃO: CONTEXTO E OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

Os conflitos políticos violentos modernos são caracterizados pela destruição maciça de infraestruturas físicas e perda de vidas humanas. Nos últimos cem anos, a violência política em massa evoluiu de guerras de agressão para mais frequentes conflitos internos, também chamados guerras civis (Licklider 1993). Muitas destas guerras civis são classificadas como conflitos de baixa intensidade, nos quais o objetivo das partes envolvidas não é vencer a guerra mas, antes, o controlo das populações a fim de sustentar os esforços da guerra (Suro 1986). Como resultado, as principais vítimas da violência são as populações civis. Instituições importantes e o modo de vida da totalidade de uma população são atacados e desfeitos na sua maior parte (Nordstrom 1997).

Muito excepcionalmente, como no caso do conflito civil Angolano, as guerras civis acabam com uma das partes derrotando a outra (Licklider 1993). Contudo, o facto de um conflito civil terminar com uma das partes vitoriosa, não é caso único quando comparado com resoluções de conflitos conseguidas através de processos de negociações. Quer dizer, a multiplicidade de desafios envolvidos na reconstrução de povos e países devastados tem características semelhantes. Portanto, é preferível uma abordagem comparativa que permita abordar, de forma abrangente, os desafios da resolução de conflitos e reconstrução pós conflito (Kornprobst 2002).

A consecução da paz cria novos desafios quanto à reconstrução num país que pretenda abandonar um passado de rancor, ódio mútuo e

divisões profundas. Por todo o mundo, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, em sociedades saídas de situações de conflito, abordam de formas diferentes as questões da reconstrução após guerras civis. Até há pouco tempo, a prática comum era abandonar as comunidades a si próprias, não prestando atenção ou negando a existência de problemas. Este tipo de abordagem tem vindo a mudar gradualmente desde o fim da guerra civil na antiga Jugoslávia, no Ruanda e do *apartheid* na África do Sul. Atualmente, a abordagem consiste na introdução de mecanismos e estratégias para promoção da edificação da paz levada a cabo por instituições estatais e organizações não-governamentais, com o apoio da comunidade internacional.

A edificação da paz, como estratégia para reconciliação e reconstrução pós conflito, conquistou o apoio internacional após o fim da Guerra Fria. Na sua *Agenda para a Paz* de 1992, o Secretário-geral das NU, General Boutros Boutros Ghali, imaginou o conceito de edificação da paz como a "ação para identificar e apoiar as estruturas que possam fortalecer e solidificar a paz a fim de evitar a reincidência do conflito." Ghali defendia que essas estruturas incluem esforços civis e militares desenvolvidos por intervenientes externos e internos, cujo objetivo seja o de impedir o retorno ao conflito, "consolidar a paz, promover um sentimento de confiança e bem-estar e apoiar a reconstrução económica".

Recentemente, as atividades para edificação da paz eram ainda predominantemente desenvolvidas e financiadas pelos países Ocidentais. Este domínio deu origem a questões cruciais relativas à motivação ideológica por trás dessas iniciativas para a edificação da paz. Roland Paris (2002: 638) sugere que estas operações faziam parte de uma *missão civilizadora*, isto é, "agir

segundo a crença que um modelo de governação interna, democracia de mercado liberal, é superior a todos os restantes." Neste modelo, as questões da edificação da paz como a verdade, justiça e reconciliação e a prevalência do cumprimento da lei fazem parte dos instrumentos que acompanham as operações de apoio à paz em países assolados pela guerra (Fukuyama 2005; Trubek 2006). Alguns países responderam a esta crítica através da introdução de uma abordagem conceitual Sul-Sul para efeitos de cooperação. Esta cooperação entre países não ocidentais incluiu também intervenientes da sociedade civil provenientes de organizações não-governamentais civis e religiosas. As áreas de intervenção têm incluído operações para a edificação da paz e apoio aos processos de democratização e reconciliação entre intervenientes estatais e não-estatais.

Peter Batchelor e Kees Kingma (2004) defendem que um processo de edificação de paz mais abrangente assume formas e conteúdos diferentes, durante e após cada um dos cenários de conflito, dependendo da história do conflito, do nível de violência, da liderança envolvida e dos recursos disponíveis. Não há dúvida que as atividades para edificação da paz podem, e devem, ter lugar durante todas as fases de um conflito. Um componente fundamental das atividades para a edificação da paz é a capacitação dos intervenientes locais. Organizações não-governamentais, em especial, têm estado na linha da frente em numerosas iniciativas para edificação da paz e, elas próprias, têm defendido a adoção de abordagens de capacitação. Fletcher & Weinstein (2002) sugerem que os esforços para reparação dos danos sociais causados pela guerra têm que ser aumentados, através do envolvimento das próprias comunidades na articulação das suas necessidades em torno da regeneração comunitária. Estas ideias para a edificação da paz através do envolvimento

e capacitação de intervenientes locais importantes serviram de apoio ao Programa Nacional para Angola da ACCORD. Não há dúvida que todas as atividades do ACP envolviam um esforço de capacitação e edificação dos intervenientes locais.



## Os Desafios da Edificação da Paz em Angola

Os últimos cem anos da história de Angola foram caracterizados por conflitos violentos. A fase mais destruidora e sangrenta destes conflitos ocorreu de 1975, quando o país conseguiu a independência, até 2002. Os combatentes principais eram o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA), a *União Nacional para a Independência Total de Angola* (UNITA) e a *Frente Nacional de Libertação de Angola* (FNLA). O conflito envolveu ainda forças militares regionais e internacionais. A guerra civil terminou formalmente em Fevereiro de 2002, altura em que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi morto pelas forças governamentais. O grau de exposição da população à violência no decurso da guerra foi muito elevado (Brittain 1998; Pearce 2005). Sem qualquer dúvida, a guerra teve consequências profundas para indivíduos e instituições sociais. À semelhança de muitos países Africanos, em situação de pós-conflito, analisados por Ali e Matthews (2004), e Nhema e Zeleza (2008), Angola enfrenta múltiplos desafios resultantes de processos de transição inacabados: a transição do colonialismo para a construção do estado no período pós-colonial; a transformação da sociedade, de uma sociedade politicamente orientada para o socialismo para uma democracia pluralista. Os desafios das transições incluem a mudança, de uma guerra civil prolongada que fragmentou o país, para um estado unitário baseado no respeito pela lei, pelos direitos humanos e pela boa governação; a avaliação contínua dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração dos antigos combatentes (palestra de Paulo Inglês ao LIS; Dzinesa 2007). Desafios adicionais incluem a transformação das culturas de violência em culturas de paz, onde é dada

atenção a questões de ordem psicológica e à integração da juventude (Wessells & Monteiro 2006); e a constituição de um estado empenhado na distribuição equitativa de oportunidades e recursos a todos os cidadãos, independentemente da sua afiliação política, geográfica, étnica e religiosa.

No contexto angolano pós-2002, estes desafios vão requerer intervenções para a edificação da paz, sob a forma de programas a curto, médio e longo prazo, com o objetivo de impedir que o país volte a cair numa situação de conflito violento e para consolidar uma paz duradoura. Até agora, estas atividades têm sido realizadas por uma série de intervenientes, incluindo o governo, sociedade civil, sector privado e organizações internacionais. As atividades têm abrangido todos os sectores da sociedade, incluindo a segurança, política, economia e reconciliação nacional. É neste contexto que a ACCORD, através do seu Programa Nacional para Angola (ACP), tem vindo a contribuir, nos últimos três anos, para a edificação da paz em Angola.

### Programa Nacional para Angola (ACP)

O Programa Nacional para Angola (ACP) foi implementado em 2006. O objetivo geral do programa era o fortalecimento das organizações da sociedade civil (OSC) para que estas pudessem participar nos processos de edificação da paz e democratização. O programa tinha três objetivos específicos. O primeiro objetivo era o melhoramento da governação democrática em Angola através da promoção do diálogo entre intervenientes nos vários sectores. O segundo objetivo era o desenvolvimento das capacidades das OSC e a transferência de competências nas áreas da prevenção, gestão e transformação de conflitos. O terceiro objetivo era

melhorar a capacidade e sustentabilidade das OSC locais.

O ACP, desde o seu início, já implementou muitas atividades. Estas incluem visitas de avaliação, sessões de diálogo, *workshop* para Formação de Formadores (ToT) e *workshops* para desenvolvimento de capacidades em gestão de conflitos. Para além disto, o Programa realizou um seminário para desenvolvimento de um instrumento para Monitoria e Avaliação (M&A) de atividades para edificação da paz e tem vindo a fazer esforços no sentido preparar materiais de formação em língua Portuguesa para utilização em Angola. Em Outubro de 2008, o Programa já tinha envolvido cerca de 300 pessoas em todas as suas atividades e estabelecido redes de contacto com várias organizações da sociedade civil e estruturas governamentais na maior parte das províncias de Angola.

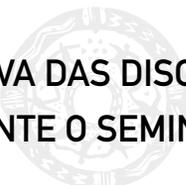
O Programa adquiriu conhecimentos profundos valiosos e aprendeu lições cruciais com a implementação das suas atividades e a capacitação de intervenientes locais. Para poder avaliar a importância e a aplicabilidade destes conhecimentos e lições no trabalho dos intervenientes envolvidos em atividades para edificação da paz em Angola e África, o Programa realizou, durante dois dias, um Seminário sobre Lições Identificadas (LIS) para permitir uma reflexão sobre as atividades para edificação da paz em Angola, desde que a guerra acabou formalmente, e avaliar esses conhecimentos e lições. Este relatório é um resumo da avaliação geral do ACP com base na análise e debates que se desenrolaram durante o seminário de dois dias.

## Objetivos do Seminário

Os objetivos gerais do seminário eram:

- Proporcionar um foro que permitisse refletir e avaliar a dimensão da resolução do conflito nos processos de edificação da paz no período de transição pós-conflito Angolano;
- Partilhar experiências e estratégias que têm sido utilizadas para responder a essas questões;
- Proporcionar um foro aberto para partilha de lições e melhores práticas para a gestão de conflitos em Angola, para facilitar o progresso do processo de edificação da paz e promover a consciencialização sobre possíveis situações de disputa ou conflito; e
- Informar as atuais e futuras iniciativas para edificação da paz no país.





## NARRATIVA DAS DISCUSSÕES DURANTE O SEMINÁRIO

### Discursos de Boas-vindas

A Sra. Pravina Makan-Lakha fez o discurso de boas-vindas, em nome da ACCORD, e o Sr. Faustino Paulo Mandavela, da organização parceira Development Workshop (DW), falou em nome desta instituição. O seminário foi aberto oficialmente pelo Sr. Pedro Walipe Calenga, em representação do Ministro para a Assistência e Reinserção Social.

### Discurso de Boas-vindas da ACCORD

A Sra. Pravina Makan-Lakha deu as boas-vindas ao seminário a todos os participantes, em nome da ACCORD em geral e, em particular, em nome do Programa Nacional para Angola, e pediu-lhes para se apresentarem entre si. Agradeceu ainda ao parceiro da ACCORD em Angola, o *Workshop* para o Desenvolvimento (DW), e ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFDI) pelo financiamento das atividades para edificação da paz em Angola.

A Sra. Makan-Lakha, salientando o trabalho da ACCORD em Angola, afirmou que o ACP tinha treinado diretamente 300 pessoas, embora o número de pessoas que tivessem beneficiado indiretamente do ACP não fosse ainda conhecido. A tarefa de determinar esse número será apenas concluída durante a fase seguinte do Programa. A Sra. Makan-Lakha reconheceu que a dinâmica, em mudança, da edificação da paz pós-conflito

exige respostas diferentes. Portanto, o seminário tinha como objetivo analisar as lições que o ACP identificou durante o seu trabalho de três anos em Angola e fazer recomendações para a fase seguinte do Programa.

### Discurso de Boas-vindas do DW

O Sr. Faustino Paulo Mandavela, do DW, agradeceu a todos os participantes e manifestou a sua apreciação pela parceria entre a ACCORD e a sua organização. Deu especial relevância às atividades para edificação da paz que o DW tem vindo a implementar em Angola desde há anos e salientou que Angola se encontra num momento especial de transição pós-conflito em que o trabalho para edificação da paz deve ser consolidado. Salientou, também, que os desafios específicos da edificação da paz em Angola exigem respostas específicas, incluindo mecanismos alternativos para resolução de disputas inerentes aos grupos linguístico-culturais Angolanos. Concluiu os seus comentários com um apelo à documentação coordenada de todo o trabalho para a edificação da paz que tem sido implementado em Angola.

### Discurso do Ministério para a Assistência e Reinserção Social (MINARS)

O Ministro para a Assistência e Reinserção Social foi representado pelo Sr. Pedro Walipe Calenga que procedeu à abertura oficial do seminário. O Sr. Calenga afirmou que o governo de Angola considera as organizações da sociedade civil como parceiros essenciais para a edificação da paz e desenvolvimento e mencionou casos em

que as OSC contribuíram para a reintegração de refugiados. Afirmou, também, que o longo período de guerra tinha dado origem a numerosos desafios para o governo, incluindo pessoas deslocadas internamente (PDI), refugiados, destruição de infraestruturas e pobreza.

Ao agradecer à ACCORD pelo seu trabalho em Angola, o Sr. Calenga aconselhou a instituição e todas as OSC a terem em consideração o contexto e desafios específicos do período pós-guerra Angolano. Aconselhou, igualmente, que fossem considerados os mecanismos para resolução de disputas existentes nas comunidades culturais Angolanas. O Sr. Calenga deu, então, as boas-vindas a todos os participantes, em nome do Ministério para a Assistência e Reinserção Social, e incitou-os a debaterem ideias e apresentarem soluções para os desafios que Angola enfrenta neste período de transição.

## **Desafios da Edificação da Paz e Democracia**

Durante a segunda sessão, as apresentações e discussões que tiveram lugar abordaram os desafios da edificação da paz e democracia em Angola. O Dr. Paulo Inglês e o Rev. Anastácio Chembeze foram os apresentadores principais e a sessão teve como moderadora a Sra. Pravina Makan-Lakha.

## **Desafios da Edificação da Paz e Democracia: Perspetiva Geral do País**

O Dr. Paulo Inglês apresentou uma perspetiva geral das questões referentes à edificação da paz e democracia em Angola e evidenciou as tarefas para edificação da paz a que tem que ser

dada maior importância nesta altura da transição pós-conflito em Angola. Começou por rever os progressos e acordos de paz que foram assinados em Angola desde 1975. Estes incluem o Acordo de Alvor, de 1975, os Acordos de Bicesse, de 1991, o Acordo de Lusaca, de 1994, e o Memorando de Luena, de 2002.

O Dr. Inglês defendeu que, embora todos estes acordos tivessem por objetivo acabar com o conflito, os pontos focais eram mais os intervenientes e pouca atenção foi dada às causas do conflito e à dinâmica em evolução durante as várias fases. Mencionou que tem havido lacunas nas análises do conflito dado que muitas delas se têm concentrado apenas nas partes armadas, descurando o fato de haver muitas outras partes envolvidas. Mencionou, também, que a transição pós-conflito tem sido complicada devido ao fato do conflito ter terminado quando a UNITA foi derrotada militarmente.

O Dr. Paulo Inglês concentrou-se em várias questões chave. Em primeiro lugar, Angola não tem uma narrativa nacional unificada e uma identidade nacional bem articulada. Em vez destas, várias visões de identidade nacional competem entre si e alimentam o conflito. Em segundo lugar, a integração e reconciliação nacional em Angola tem sido debilitada por várias divisões. Estas são divisões em termos de identidade étnica/cultural, de região (norte/sul), rural/urbana, de classes sociais e elites/massas.

Em terceiro lugar, a derrota militar da UNITA impôs um discurso nacional que é dominado por uma linguagem e coletivo de imagens militares. O predomínio deste coletivo de imagens militares retarda o trabalho de edificação da paz e reconciliação porque todas as questões são vistas através das lentes dos vencedores e vencidos, debilitando as estruturas sociais e encorajando a

intolerância no seio das comunidades. Em quarto lugar, existe a necessidade de um processo de reconciliação nacional inclusivo, de atividades para edificação da paz e das instituições nacionais dado que a edificação da paz pós-conflito é um processo a longo prazo. E, por último, a reconciliação em Angola tem sido interpretada como significando esquecer o passado. O Dr. Inglês concluiu a sua apresentação colocando questões para orientarem as discussões do seminário. Algumas destas questões concentraram-se nas possíveis lições aprendidas em resultado das recentes eleições que deram uma vitória maioritária ao partido MPLA; a necessidade de considerar seriamente a pobreza crescente num país que regista um crescimento económico devido, em parte, ao sector do petróleo.

Durante a discussão em plenário foram realçadas outras questões. Estas incluíram o papel das recentes eleições parlamentares na consolidação da paz e reconciliação; a necessidade de re-estruturação do estado através da revisão da constituição; a importância das OSC na edificação da paz pós-conflito; e a necessidade de uma transformação económica a fim de reduzir os níveis crescentes de exclusão social. Alguns dos participantes também alertaram para a relação entre a desigualdade e a emergência de diferentes tipos de conflitos. Outros participantes chamaram a atenção para a questão da violação dos direitos humanos que ocorre em Angola, para a corrupção que aflige vários sectores da sociedade angolana e a necessidade da criação de leis para combater a onda de regionalismo e tribalismo, i.e. o estabelecimento de planos de ação e distribuição de recursos com base em identidades familiares e étnicas. Durante o LIS foi afirmado que o tribalismo e o regionalismo deviam ser enfrentados agora pois constituem uma causa importante de conflitos. Outros participantes

situaram Angola numa perspetiva de globalização económica e dos processos de exclusão daí resultantes e apresentaram questões cruciais relativas à presença de trabalhadores Chineses e Brasileiros em Angola. Verificou-se uma insinuação de que estes trabalhadores migratórios podem estar a retirar oportunidades de trabalho que deviam ser reservadas para os Angolanos. Esta competição, perceptível ou real, para controlo do mercado de trabalho pode criar uma grave instabilidade na sociedade.

Esta parte do debate terminou com um comentário do Dr. Inglês, insistindo que a edificação da paz e a reconciliação nacional são processos a longo prazo e que as escolas podem desempenhar um papel importante, estimulando as necessárias experiências transformadoras em Angola pós-guerra. As escolas foram consideradas como forças impulsionadoras devido à sua capacidade para criação de novos hábitos nas novas gerações, neste caso as gerações do pós-guerra.

## **Melhorando a Gestão de Conflitos, a Edificação da Paz e a Democracia em Angola**

O Rev. Anastácio Chembeze fez uma revisão da implementação do Programa Nacional para Angola e suas atividades. Explicou que o ACP foi implementado em 2006, após uma avaliação da vulnerabilidade a conflitos realizada em Angola, entre 2003 e 2005. Explicou, também, que o programa se destina a melhorar a governação democrática em Angola através da promoção do diálogo entre os intervenientes nos vários sectores e a diferentes níveis; desenvolver a capacidade das OSC e transferir competências para a prevenção,

gestão e transformação de conflitos; e melhorar a capacidade e sustentabilidade das OSC locais.

O Reverendo Chembeze mencionou todas as províncias em que o programa tinha trabalhado e citou as várias atividades que o ACP já implementou. Referiu-se às oportunidades e desafios que o ACP tinha encontrado, aos resultados que o ACP tinha conseguido obter e, ainda, fez um resumo das lições chave que o ACP tinha identificado. Estas lições incluem as seguintes:

Primeiro, a apropriação dos processos de edificação da paz e das instituições emergentes por parte do povo constitui um imperativo de ordem política e social. Em segundo lugar, é importante que as OSC implementem atividades para a edificação da paz para melhor compreenderem a diferença entre o seu trabalho e o dos partidos políticos. Em terceiro lugar, os programas de formação das OSC constituem, frequentemente, um ponto de entrada crucial para o seu trabalho junto das comunidades rurais e urbanas. Por último, a formação interativa é uma das melhores formas de moldar valores e processos para a resolução participativa de conflitos.

Durante as discussões em plenário, foram citadas algumas das atividades de apoio às lições acima referidas. A ACCORD foi também aplaudida pelo seu trabalho em Angola e algumas das OSC pediram para que a organização alargasse o seu trabalho a províncias onde ainda não tinha implementado quaisquer atividades. Foi também referido o aspecto relativo à sinergia entre as OSC e outras instituições envolvidas na implementação de atividades para a edificação da paz.

## **Questões Chave na Edificação da Paz e Democracia: Lições Identificadas**

A Terceira sessão debruçou-se sobre questões relativas à edificação da paz e democracia em Angola, com apresentações feitas pelo Dr. Paulo Inglês e o Dr. Daniel Ntoni-Nzinga. Ambos os apresentadores são Angolanos que já trabalharam com organizações populares em várias províncias.

### **Transição e Reconciliação Nacional em Angola**

Na sua palestra sobre a transição e reconciliação em Angola pós-conflito, o Dr. Paulo Inglês identificou dois processos de transformação que estão a ocorrer simultaneamente: o processo formal e o processo informal. Afirmou que o processo formal está a ter lugar a nível nacional e envolve instituições estatais. O processo tem três componentes: transformação política, social e económica. O processo de transformação política teve início com os Acordos de Bicesse, em 1991, que pretendiam acabar com uma prolongada guerra civil. A dimensão armada deste processo continuou até 2002, altura em que a UNITA foi derrotada.

Levando os participantes através das várias fases da história Angolana, o apresentador afirmou que as transformações sociais se destinam a alterar as estruturas sociais na sociedade Angolana, enquanto as transformações económicas se destinam a mudar as fundações da economia do país. Ambos os processos são anteriores aos Acordos de Bicesse e tiveram o seu ponto de viragem em 1975, altura em que o país conquistou a sua independência.

O Dr. Inglês afirmou ainda que as três transformações estão profundamente interligadas.

Algumas das transformações foram implementadas nas décadas de 1960 e 1970, embora o seu impacto tenha apenas sido sentido nas décadas de 1980 e 1990. Do mesmo modo, as transformações económicas da década de 1970 só foram sentidas na década de 1980. Por exemplo, o planeamento centralizado, introduzido em 1975, eliminou progressivamente a economia informal cuja falta se veio a sentir nos últimos anos da década de 1980 e na de 1990.

As tarefas chave que foram realizadas no processo formal incluem a partilha do poder, reconstrução do estado, re-estruturação social e integração nacional. A partilha do poder envolveu a inclusão de todos os grupos armados no governo pós-conflito. A integração e transformação militar foi também implementada a nível do processo formal e não tem tido problemas. A reconciliação ao nível das elites também teve lugar. Contudo, algumas tarefas importantes, incluindo a re-estruturação do estado através da revisão da constituição, não tiveram ainda lugar. Consequentemente, as velhas perspetivas em relação ao estado ainda prevalecem e o discurso entre o estado e a sociedade ainda é caracterizado pela suspeita.

Contudo, a reconciliação tem sido mínima ao nível das comunidades. Esta ausência de reconciliação aos níveis inferiores é que deu origem ao processo informal, quer dizer, o processo de reconciliação entre comunidades, entre comunidades e indivíduos e entre indivíduos, ao nível das bases. O Dr. Inglês levantou também a questão da exclusão, tanto a nível nacional como a nível comunitário.

A discussão na sessão plenária envolveu várias das questões apresentadas durante a palestra. Enquanto uns interrogavam o significado de paz, como é entendido em Angola, outros

concentraram-se sobre questões de representação nas instituições emergentes pós-conflito. Foram feitas perguntas sobre as implicações das recentes eleições legislativas, sobre o papel do sistema escolar na edificação da paz e sobre o papel dos militares na transformação. A sessão plenária também apresentou questões relacionadas com a identidade étnica/cultural e possíveis cenários após as recentes eleições, dado que o governo de unidade nacional tinha deixado de existir.

### **Eleições Pós-conflito, Representação e Edificação da Paz em Angola**

O Dr. Ntoni-Nzinga iniciou a sua palestra sobre eleições pós-conflito, representação e edificação da paz em Angola com o comentário provocante que o conflito em Angola não tinha ainda sido claramente definido. "O que significa o conflito para Angola?", perguntou. Provocou ainda mais os participantes ao afirmar que as eleições de 1992, arruinadas por controvérsias, foram as segundas e não as primeiras eleições de Angola no período pós-colonial. Na sua opinião, as primeiras eleições tiveram lugar em Novembro de 1975, embora os partidos tenham usado balas em vez de boletins de voto. O apresentador afirmou ainda que, porque o conflito não foi ainda claramente definido, a paz também ainda não foi claramente definida.

Referindo-se ao processo de paz, o Dr. Ntoni-Nzinga afirmou que este tem sido exclusiv. Ao envolver apenas os partidos armados, o MPLA e a UNITA, o processo excluiu outros intervenientes Angolanos importantes. Referiu-se a isto como uma das razões chave pelas quais os Acordos de Bicesse foram atormentados por problemas de implementação logo após a sua assinatura. O Dr. Ntoni-Nzinga estabeleceu o contraste entre a

natureza exclusivista do processo de paz Angolano e as negociações da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) que foram inclusivas.<sup>1</sup> Relacionadas de perto com isto estiveram as questões em torno da legitimidade dos acordos de paz e da sua implementação.

O apresentador foi ainda mais além e levantou questões relativas ao sistema eleitoral em Angola, à natureza do estado Angolano, assim como à reconciliação e transformação pós-conflito. Salientando que a natureza do estado Angolano não foi definida de forma clara, afirmou que era necessário resolver esta questão a fim de tornar possível a abordagem das falhas do sistema eleitoral. Estas falhas incluem o sistema do vencedor ganhar tudo, uma comissão eleitoral partidária e uma população eleitora deficientemente informada.

O apresentador pôs em causa a capacidade do atual sistema eleitoral para resolver conflitos que possam ocorrer nesta fase de transformação pós-conflito e mencionou a ausência de educação cívica, incluindo a educação eleitoral e dos eleitores. Referiu-se ainda aos novos desafios que incluem a confusão entre o partido no poder, o governo e o estado-nação; o abuso dos direitos humanos; novas formas de intolerância; corrupção;

---

<sup>1</sup> As negociações da CODESA tiveram lugar na África do Sul, de 1991 a 1994. Envolveram os principais intervenientes, nomeadamente o Partido Nacional (NP), o governo e o Congresso Nacional Africano (ANC), e todos os partidos minoritários, como o Congresso Pan-africano (PAC), a Organização dos Povos da Azânia (AZAPO), Inkatha Partido da Liberdade (IFP), Partido Conservador (CP) e a nova Frente da Liberdade (FF). As negociações tiveram lugar num ambiente de violência política no país, e tiveram como resultado nas primeiras eleições multirraciais na África do Sul, das quais saiu vencedor o Congresso Nacional Africano (ANC).

e a necessidade de se construir estruturas políticas após as primeiras eleições pós-conflito.

Na sua palestra, o Dr. Ntoni-Nzinga apresentou outras questões cruciais, em torno da reconciliação pós-conflito. Na sua opinião, a falta de uma definição clara do conflito, das questões da paz e da natureza do estado Angolano deu origem a outros perigos. Estes incluem a falta de uma enunciação clara das questões relativas à reconciliação. Em vez disso, o vencedor da guerra e das eleições foi deixado sozinho para decidir o futuro de Angola sem estar sujeito a um forte controlo e monitoria. Em consequência disto, a população tornou-se cínica e muitos eleitores não participaram nas recentes eleições legislativas, enquanto muitos do que foram às urnas apresentaram o seu voto como forma de protesto.

A palestra do Dr. Ntoni-Nzinga deu origem a uma animada discussão na sessão plenária. Apareceram perguntas sobre a questão da definição do conflito e, por outro lado, foram feitos vários comentários quanto à relação entre os interesses políticos e militares. A questão da exclusividade e representação dos partidos armados nas negociações de paz levantou uma outra questão: os partidos armados eram os representantes de quem? Foram também feitos comentários quanto à confusão entre eleições parlamentares e presidenciais e quanto à apatia dos eleitores. Outras questões apresentadas foram o 'tribalismo' e o papel das OSC na edificação da paz pós-conflito.

## Desarmamento da População Civil

O Sr. Cirilo Calisto Mbonge, da Organização Angola 2000, deu início ao segundo dia com uma palestra sobre o desarmamento da população civil. Explicou que a prolongada guerra civil em

Angola tinha deixado o país com um problema de armas devido ao facto de, no auge da guerra, os partidos armados terem distribuído armas aos seus combatentes e à população civil. Após o fim da guerra, muitas destas armas passaram a ser utilizadas na prática de crimes em muitas partes do país, em especial nas cidades e outros centros urbanos importantes. Neste quadro é fundada a Organização Angola 2000 para responder ao problema de disponibilidade de armas.

O Sr. Mbonge afirmou ainda, que o governo de Angola tinha lançado uma campanha nacional para a entrega voluntária de armas. O prazo para a entrega voluntária de armas termina em Dezembro de 2008. A partir dessa data, os cidadãos serão obrigados a entregar todas as armas em seu poder. O Sr. Mbonge salientou, também, que a maioria da população desconhece as leis nacionais que tratam da posse e disposição de armas e afirmou que, no Capítulo 8 do Código Penal Angolano, estão incluídos artigos que tratam especificamente da aquisição, posse e disposição de armas.

O Sr. Mbonge afirmou ainda que existem três aspectos que justificam o apoio da Organização Angola 2000 à entrega de armas. Primeiro, a posse de armas, por si só, não garante a segurança. Os cidadãos que possuem armas têm tido relutância em entregá-las por se sentirem inseguros. A Organização Angola 2000 efectuou uma campanha de consciencialização para informar estes cidadãos que a posse de armas não garante necessariamente a segurança. Em segundo lugar, estas armas estão sendo utilizadas na prática de crimes violentos no país. Em terceiro lugar, muitos indivíduos não receberam qualquer treino no manuseamento de armas. Daqui resulta o fato da ocorrência de acidentes mortais provocados

pela falta de conhecimentos no que respeita ao manuseamento de armas.

Para além da promoção da inclusão na campanha de consciencialização e entrega voluntária de armas, a Organização Angola 2000 também iniciou uma campanha para abordar a cultura de violência difundida em todos os sectores da sociedade Angolana. Esta cultura de violência e militarismo é uma das consequências da guerra civil. Apoiando esta opinião, alguns dos participantes mencionaram o uso de armas grosseiras, como machetes e garrafas partidas, em confrontações violentas nas estações de transportes públicos (táxis e autocarros).

Para além da violência física, a cultura de violência encontra-se também simbolizada na linguagem militarista difundida em todas as formas de discurso social. Portanto, torna-se essencial confrontar esta cultura de violência para permitir que o país consiga realizar uma reconstrução pós-conflito em paz e democracia. O Sr. Mbonge salientou que a campanha de consciencialização sobre armas tinha dado os seus frutos, pois fez aumentar grandemente o número de entregas voluntárias de armas em todas as áreas em que a Organização Angola realizou a campanha.

Em resultado deste trabalho, a Organização Angola 2000 identificou várias lições. Em primeiro lugar, fatores como o desemprego e a desigualdade social contribuem para alimentar o conflito. Em segundo lugar, a redução do número de armas na posse da sociedade é um imperativo. E, em terceiro lugar, a redução da violência na sociedade é um fator essencial para a consolidação da paz e democracia.

O Sr. Mbonge, respondendo a questões e comentários do discutidor e dos participantes, admitiu que a Organização Angola 2000 não tem

feito pesquisas, nem possui dados fidedignos, sobre a ligação entre o uso/proliferação de armas e condições sócio económicas, como a pobreza. Admitiu, também, que é muito difícil conseguir obter estatísticas exatas sobre a disponibilidade de armas no país.

No que respeita a dados referentes à entrega de armas, o Sr. Mbonge afirmou que a Organização Angola 2000 tem dependido de dados estatísticos fornecidos pela polícia e outras agências de segurança. Esta sessão terminou com a afirmação que a Organização Angola 2000 tem procurado influenciar as opções referentes à política sobre armas e tem vindo a envolver os departamentos da polícia e das forças armadas nesta questão e nas mudanças que gostaria de ver implementadas.

## Reintegração de Retornados

### Apresentação do MINARS

A questão da reintegração de retornados é crucial num país em fase de transição pós-conflito. Recontando as experiências do governo de Angola, a Dra. Nilza de Fátima Batalha, em representação do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), mencionou que a reintegração de retornados é um processo muito difícil e a longo prazo. Afirmou que o seu ministério estava encarregado da integração de pessoas deslocadas internamente, refugiados e ex-combatentes desarmados e desmilitarizados. A fim de atingir os objetivos definidos para a reintegração, o parlamento tinha aprovado uma lei, oferecendo incentivos aos retornados e proporcionando o necessário quadro jurídico para o programa de reintegração. Para além disto, o ministério tinha

estabelecido um programa detalhado com prazos específicos.

A reintegração foi precedida pela desminagem e reconstrução da infraestrutura básica. Nessa altura, Angola era o país com maior número de minas armadilhadas em todo o mundo. O programa de reintegração foi implementado como parte do programa mais vasto de erradicação da pobreza. A Dra. Batalha mencionou que o número de retornados nessa altura era: 4,2 milhões de IDP (um dos números mais elevados em todo o mundo) e 500 000 refugiados.

O programa ofereceu a todos os retornados a possibilidade de retorno voluntário às suas zonas de origem. A lei referida também detalhava os serviços que os retornados iriam receber como parte do pacote de reintegração. No final da primeira fase do programa de reintegração, 3,3 milhões de IDP tinham regressado às suas zonas de origem. Os restantes preferiram continuar onde se encontravam, ou optaram pela reintegração noutras áreas. Do mesmo modo, 400 000 refugiados regressaram voluntariamente às suas áreas de origem. Os restantes optaram pela reintegração noutras áreas ou preferiram permanecer nos países em que tinham procurado refúgio.

A Dra. Batalha admitiu que o processo de reintegração enfrentava muitos desafios. Primeiro, nem todos os serviços de que a lei incumbia o governo foram providenciados. Em segundo lugar, o acesso a certas localidades que, durante a guerra, tinham estado sob o controlo da UNITA era muito difícil. Em terceiro lugar, havia barreiras, difíceis de ultrapassar, no que respeita à comunicação entre os retornados e as populações hospedeiras, dado que muitos dos refugiados falavam as línguas nacionais dos países onde tinham vivido até então.

Perante este quadro, o MINARS identificou as lições que se seguem.

Um, é melhor criar programas diferentes para diferentes categorias de retornados, em vez de haver um programa para todos os retornados. Dois, um mecanismo jurídico detalhado contribui muito para o sucesso de um programa de reintegração. Três, é necessário estabelecer um mecanismo para resolução de disputas para resolver possíveis conflitos que irão ocorrer no processo de reintegração. Quatro, a estabilização dos sobreviventes de conflitos assegura o sucesso de um programa de reintegração. Cinco, um programa inclusivo tem maiores possibilidades de sucesso e reduz os custos da reintegração.

A palestra da Dra. Batalha atraiu uma reação animada por parte dos participantes, em especial aqueles que provinham as províncias. Alguns dos participantes afirmaram que alguns retornados não tinham sido aceites nas áreas onde tinham sido reintegrados, enquanto outros puseram em causa o sucesso do programa. Houve também perguntas em relação a disputas ocorridas após a reintegração, em especial no que respeita a recursos de terras em centros urbanos, assim como à nacionalidade dos refugiados que tinham medo de regressar, embora continuassem a ser considerados como cidadãos Angolanos. Outras perguntas referiam-se aos não Angolanos que se encontram refugiados em Angola e ao destino dos Angolanos que se alistaram no Batalhão Búfalo das defuntas Forças Armadas da África do Sul (SADF).

A apresentadora reagiu a alguns dos comentários e perguntas, tendo referido outros para os ministérios ou departamentos relevantes. Admitiu, ainda, que o seu departamento dispunha de dados quantitativos sobre a reintegração, embora não tivesse ainda realizado uma análise qualitativa.

Também admitiu que o programa de reintegração em Angola era um dos maiores em África e requeria uma enorme quantidade de recursos. Afirmou, ainda, que foram poucas as organizações não-governamentais envolvidas no processo de reintegração. A Dra. Batalha concluiu afirmando que o processo tinha acabado em Março de 2007 e tinha sido voluntário. Aqueles que não quiseram ser reintegrados não podem ser forçados a voltar. A guerra já acabou e os Angolanos têm a liberdade de regressarem ao seu país.

## Experiências de outros intervenientes e das Províncias

Antes dos representantes das Províncias poderem partilhar das suas experiências, a Irmã Marlene Wildner, missionária e antiga diretora do Serviço Jesuíta para os Refugiados de Angola, falou da experiência da sua organização nos programas de reintegração. A missionária afirmou que a reintegração de refugiados é um processo difícil que requer paciência e recursos. A sua organização tinha trabalhado na Província do Moxico que tinha o maior número de IDP e refugiados retornados. Os Serviços Jesuítas envolviam a reconstrução de infraestruturas físicas.

A organização teve que enfrentar vários desafios, incluindo a comunicação, dado que a maior parte dos retornados não sabiam falar Português; muitos deles tendo vivido na Zâmbia e República Democrática do Congo (RDC). A organização introduziu também a educação para a paz e foros de discussão comunitária para promover a coexistência entre os retornados e as comunidades hospedeiras. Até 2007, os Serviços Jesuítas tinham assistido 22 000 crianças a obterem

documentos básicos de registo para poderem ser matriculadas nas escolas.

Em algumas áreas, as comunidades tornaram-se hostis aos retornados que consideravam estrangeiros. Noutras áreas, começaram a aparecer suspeitas de origem étnica e hostilidades alimentadas pela anterior associação de grupos étnicos com partidos políficos, o que ameaçou os programas de reintegração. Uma outra questão chave foi o aparecimento de disputas sobre terras à medida que os programas de realojamento e reintegração eram implementados.

Alguns dos representantes das Províncias partilharam das suas experiências. Faustino Paulo Mandavela narrou as experiências da Development Workshop em várias províncias. No entanto, a maior parte dos participantes considerou que a palestra da Dra. Batalha tinha abordado a maior parte das suas preocupações.





## RESUMO E CAMINHO A SEGUIR

A sessão final foi facilitada pela Sra. Pravina Makan-Lakha. Como afirmado na introdução, o seminário teve por objetivo proporcionar um foro para:

1. Reflectir e avaliar a dimensão da resolução de conflitos dos processos para edificação da paz em Angola pós-conflito;
2. Partilhar lições e melhores práticas das OSC trabalhando no sector da edificação da paz em Angola;
3. Recomendar o que é necessário fazer na próxima fase do Programa Nacional para Angola (ACP); e
4. Informar as presentes e futuras atividades para a edificação da paz no país.

O seminário tinha sido idealizado para cobrir quatro temas gerais:

- I. Desafios da edificação da paz e democracia;
- II. Transição e reconciliação nacional;
- III. Papel das eleições na transformação pós-conflito; e
- IV. Desarmamento e reintegração de retornados – IDP, refugiados e soldados desmobilizados.

Durante dois dias, intervenientes diversos, vindos de diferentes organizações, apresentaram palestras sobre várias questões e segundo perspectivas diferentes. Após informadas discussões pelos participantes, também eles representando diferentes organizações, pode ser feito um resumo das questões resultantes do fórum nos seguintes pontos

- É necessário intensificar o trabalho de edificação da paz em Angola, dado que o país enfrenta ainda numerosos desafios pós-conflito;
- Angola não tem uma narrativa nacional unificada nem uma identidade nacional bem articulada;
- A integração e reconciliação nacional em Angola têm sido afetadas por várias divisões;
- O discurso nacional em Angola é dominado por uma linguagem militar;
- A proliferação maciça de armas entre as populações civis tem contribuído para manter um ambiente de violência e insegurança;
- A má utilização de armas mortíferas pelas diferentes forças de segurança do estado tem feito alastrar um clima de insegurança e levantou questões quanto ao âmbito dos vários programas e estratégias para o desarmamento;
- A reconciliação em Angola tem sido interpretada como significando esquecer o passado;
- As comunidades locais têm que se apropriar, necessariamente, dos processos para a edificação da paz;

- É necessário dar importância à transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz, em que a educação possa ser utilizada como um dos instrumentos chave nesta transição;
- Categorias diferentes de retornados exigem programas de reintegração diferentes;
- Um mecanismo jurídico é um pré-requisito para a implementação com sucesso de um programa de reintegração;
- É necessário estabelecer um mecanismo para resolução de disputas a fim de resolver disputas que ocorrem no processo de reintegração;
- Os programas de reintegração têm que ser, necessariamente, inclusivos;
- Os intervenientes nas províncias e comunidades locais estão em melhor posição para a identificação de falhas nos programas de reintegração;
- Os programas de reintegração são implementados para assistir as pessoas (retornados e comunidades anfitriãs), mas não respondem, necessariamente, a todas as necessidades das pessoas;
- Os resultados conseguidos no terreno após a implementação dos programas de reintegração não são necessariamente os previstos nos gabinetes, quando os programas são planeados;
- Durante a fase de implementação do programa de reintegração é muito importante o estabelecimento de pontes nas comunidades;
- A inclusão nos programas de reintegração desempenha um papel fundamental no sucesso dos mesmos;
- É necessário conhecer as experiências e respostas das OSC a várias das questões resultantes dos programas de reintegração em Angola;
- Todos os ex-combatentes da UNITA foram reintegrados, mas os ex-combatentes do MPLA não foram. Isto criou novos problemas que é necessário resolver;
- Durante a implementação de programas de reintegração, muitos funcionários governamentais tiveram que enfrentar a liderança ou autoridades tradicionais. Esta situação criou novos desafios;
- Após a reintegração, as disputas relativas à posse de terras ocorreram principalmente nas zonas urbanas e com muito menos frequência nas zonas rurais; Em Angola, as zonas rurais dispõem de abundância de terras devido ao fato de muita gente ter querido ficar em centros urbanos;
- Divisões regionais e étnicas dificultaram, em alguns casos, os processos de reintegração.





## RECOMMENDAÇÕES: UM COMPROMISSO PARA COM ANGOLA

**D**urante o LIS, a animada discussão que teve lugar revelou importantes lacunas de intervenção as quais, até agora, receberam muito pouca atenção. Com o objetivo de preencher estas lacunas, este relatório faz as seguintes recomendações:

1. Com base nas preocupações dos participantes em relação à falta de uma narrativa nacional unificada sobre a história recente de Angola, recomenda-se que seja considerada uma avaliação cuidadosa das possibilidades de elaboração de uma narrativa nacional unificada, a partir das bases. Isto iria envolver abordagens, com base comunitária, para o apuramento da verdade, justiça e reconciliação, nas quais antigos combatentes (MPLA e UNITA) e sobreviventes da guerra em geral (aqueles que ficaram para trás, nas linhas da frente, e os antigos deslocados e refugiados) devem desempenhar um papel ativo. Com base no que é conhecido de outros países pós-conflito em África, programas de base comunitária sobre o apuramento da verdade podem ser de importância fulcral para a denúncia e erradicação da continuação de cultos de violência e impunidade em Angola pós-guerra civil.
2. Educação para a transformação profunda da cidadania, na qual as questões dos direitos, deveres e responsabilidades individuais e coletivas sejam debatidas e decididas a nível comunitário.
3. Facilitação das possibilidades de intensificação de debates locais e de processos transparentes de tomada de decisões que cheguem até às autoridades provinciais e nacionais.
4. Criação de foros sistemáticos nas províncias com objetivos semelhantes a este "Seminário Luanda Lições Aprendidas", como uma estratégia para o desenvolvimento de capacidades através de reflexões contínuas, a nível local, com o objetivo de criar soluções locais para desafios locais sobre a edificação da paz, reconciliação e desenvolvimento sustentável.
5. Desenvolvimento de atividades mais integradas e participativas para prevenção do crime, a fim de reforçar uma melhor colaboração entre as forças de segurança do estado e os cidadãos.
6. Facilitação de reuniões entre instituições centrais estatais e ONG, a fim de reduzir o atual clima de desconfiança e sentido de competição e, ainda, para definir áreas em que seja possível uma colaboração mais próxima.
7. Tornar possível a participação local nos debates em curso sobre a política estatal de descentralização e criar grupos de influência locais para expressar as prioridades locais que tenham em conta a história, divisões étnicas e especificidades do desenvolvimento local.

8. Criação de programas para avaliação sistemática e comparativa dos vários programas destinados à edificação da paz, reconciliação e direitos humanos.
9. Os futuros seminários nacionais sobre “Lições Aprendidas em Processos de Edificação da Paz” têm que incluir comparações mais amplas entre o país e a região e troca de experiências.
10. Apoiar abordagens abrangentes à edificação da paz que incluam os temas principais discutidos neste seminário, assim como aspectos psicológicos e sociais que, como foi demonstrado, desempenham um papel principal na edificação da paz.
11. Promover projetos de pesquisa para estudar a politização pós-guerra civil de classificações étnicas e a etnografia da arquitetura pública que determina os processos de inclusão e exclusão. Os resultados dessa pesquisa podem informar estratégias importantes para a abordagem de questões de boa governação e aplicação da lei a partir das bases, em Angola.





## LISTA DE REFERÊNCIAS PARA LEITURA ADICIONAL

Ali, T., & Matthews, R. (2004) *Durable Peace: Challenges for peacebuilding in Africa*. Toronto: University of Toronto Press.

Batchelor, P., & Kingma, K. (2004) *Demilitarisation and peacebuilding in southern Africa*. Aldershot: Ashgate.

Boutros Boutros-Ghali. (1992) *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping* Document A/47/277 -S/241111, 17 June 1992 (New York: Department of Public Information, United Nations). <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>

Brittain, V. (1998) *Death of dignity: Angola's civil war*. London: Pluto.

Dzinesa, G. (2007) Postconflict disarmament, demobilisation, and reintegration of former combatants in Southern Africa. *International Studies Perspectives* 8(1), pp. 73-89.

Fletcher, L., & Weinstein, H. (2002) Violence and social repair: Rethinking the contribution of justice to reconciliation. *Human Rights Quarterly*, 24, pp. 573-639.

Fukuyama, F. (2005) *State building: Governance and world order in the twenty-first century*. London: Profile Books.

Kornprobst, M. (2002) Explaining success and failure of war to peace transitions: Revisiting the Angolan and Mozambican experience. *Journal of Conflict Studies*, 22(2), pp. 57-82.

Licklider, R. (ed). (1993) *How civil wars end*. New York: New York University Press.

Nhema, A., & Zeleza, P. (2008) *The resolution of African conflicts: The management of conflict resolution*

and post-conflict reconstruction. Athens, Ohio: Ohio University Press.

Nordstrom, C. (1997) *A different kind of war story*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Paris, R. (2002) International peacebuilding and the 'mission civilisatrice.' *Review of International Studies*, 28, pp. 637-656.

Pearce, J. (2005) *An outbreak of peace: Angola's situation of confusion*. Claremont, South Africa: David Philip Publishers.

Suro, G. (1986) *Low intensity conflict: Analysis of the definition* (National War College National Defense University strategic study). USA: National Defense University.

Trubek, D. (2006) The "rule of law" in development assistance: Past, present, and future. In D. Trubek and A. Santos (eds.), *The new law and economic development: A critical appraisal*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 74-94.

Wessells, M., & Monteiro, C. (2006) Psychosocial assistance for youth: Toward reconstruction for peace in Angola. *Journal of Social Issues*, 62(1), pp. 121-39.





